



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 23 / 84 / 2004  
Rubrica (04)

Processo : 10840.007093/95-45  
Acórdão : 201-74.112

Sessão : 08 de novembro de 2000

Recurso : 111.968

Recorrente : CALAM ALIMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA.

Recorrida : DRJ em Recife - PE

2º	RECORRI DESTA DECISÃO
C	R D 120 10.433
C	EM 07 de 03 de 2001
Procurador Gep. da Faz. Nacional	

**DEPÓSITO RECURSAL** - O Conselho de Contribuintes não é competente para analisar a constitucionalidade da norma que instituiu o depósito de 30% do valor da exigência fiscal, como pressuposto de admissibilidade do Recurso Voluntário. PERÍCIA. O pedido de produção de prova pericial deve preencher os requisitos previstos no artigo 16, do Decreto nº 70.233/96. PRELIMINARES REJEITADAS. PIS - DECISÃO JUDICIAL. LC nº 001/96. SEMESTRALIDADE. A ação fiscal deve obedecer os ditames da decisão judicial proferida que garante o recolhimento da contribuição, conforme determina a Lei Complementar nº 07/70. TAXA SELIC. A cobrança da SELIC como juros de mora foi instituída por norma legal. MULTA OFÍCIO. Não existe cunho confiscatório na multa prevista no art. 44, da LC nº 9.430/96. **Recurso voluntário parcialmente provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interpostos por CALAM ALIMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos:** I) em rejeitar as preliminares argüidas; e II) em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. Assim justificadamente, a Conselheira Ana Neyle Olímpio Holanda.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2000

Luiza Releira Galante de Moraes  
**Presidenta**

Sérgio Gomes Velloso  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Serafim Fernandes Correa, Berjas (Suplente), Antonio Mário de Abreu Pinto, Jorge Freire, Valdemar Ludvig e Gustavo Dreyer.

cl/mas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10840.007093/95-45

Acórdão : 201-74.112

Recurso : 111.968

Recorrente : CALAM ALIMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA.

75

## RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado por suposta insuficiência no recolhimento da contribuição ao PIS, nos moldes das Leis Complementares nºs 07/70 e 17/73.

Irresignada a contribuinte alega pendência de medida judicial, na qual é discutida a constitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, além de possuir créditos suficientes para a compensação de eventuais débitos. Requer, assim, a nulidade do Auto de Infração.

A decisão monocrática julgou procedente em parte a exigência fiscal, restando ementada da seguinte forma:

### **“PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – PIS**

**PERÍODO:**

04/91 A 02/95

#### **PIS/FATURAMENTO. FALTA DE RECOLHIMENTO.**

É subsistente a cobrança do PIS de acordo com as Leis Complementares nº 7/70 e nº 17/73, diante da declaração de constitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88.

#### **PIS/FATURAMENTO. COMPENSAÇÃO COM OUTRO TRIBUTO.**

Descabe à este órgão julgador apreciar pedido da autuada no sentido de que se proceda compensação da contribuição com pagamentos efetuados a maior da mesma contribuição.

#### **MULTA DE OFÍCIO. RETROAÇÃO DE LEGISLAÇÃO MENOS GRAVOSA.**

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ruy".



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10840.007093/95-45

Acórdão : 201-74.112

Aplica-se ao fato pretérito, objeto de processo ainda não definitivamente julgado, a legislação que imponha penalidade menos gravosa do quer a prevista na legislação vigente ao tempo da sua ocorrência.

**LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE”**

Recorre, então, a contribuinte, alegando preliminarmente que: (a) é inconstitucional a exigência de depósito recursal; e (b) é nula a decisão por ter indeferido o pedido de produção de prova. No mérito, reitera os mesmos argumentos de sua impugnação e argui, ainda, a ilegalidade da utilização da Taxa SELIC e da inconstitucionalidade na imposição de multa de ofício de caráter confiscatório.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Mário Henrique de Almeida".



Processo : 10840.007093/95-45  
Acórdão : 201-74.112

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SÉRGIO GOMES VELLOSO

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Devem ser rejeitadas as preliminares arguidas pela recorrente, isto porque, primeiramente, não cumpre a este E. Conselho a análise da constitucionalidade da norma que instituiu, como condição de admissibilidade do Recurso Voluntário, o depósito de 30% do valor da exigência fiscal.

O controle da constitucionalidade de normas legais é de competência exclusiva do Poder Judiciário, seja por meio difuso ou concentrado. De fato, verifica-se, destes autos, que a recorrente está questionando perante ao Judiciário tal questão, o que somente reforça a impossibilidade da sua análise por este Colegiado.

Também não há como prosperar a alegação da recorrente quanto ao indeferimento de produção de prova, pois, como é de sobejó conhecimento, cabe à contribuinte em sua impugnação determinar, expressamente, quais as provas que pretende produzir e com qual propósito, especificando os quesitos e indicando o assistente técnico.

Não havendo mais do que mero protesto pela produção de prova, correta é a decisão monocrática ao indeferir tal pedido.

No mérito, há que se destacar que o levantamento fiscal não considerou que a contribuição ao PIS deve ser recolhida somente do sexto mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme estabelece o artigo 6º, *caput* e parágrafo único da Lei Complementar nº 07/70.

Destaque-se que o artigo 6º da Lei Complementar nº 07/70 não foi alterado pela Lei nº 8.383/91 e pela Medida Provisória nº 406/93, posto que estas normas somente estabeleceram novos prazos de vencimento da contribuição ao PIS.

Desta forma, a exigência fiscal deve ser reformulada, apurando-se a base de cálculo da contribuição ao PIS em relação ao faturamento do sexto mês anterior.

Quanto ao pedido de compensação dos débitos restantes o mesmo deverá ser requerido junto à Delegacia da Receita Federal, como preceitua a Instrução Normativa nº 21/97, não podendo ser analisado por este E. Conselho de Contribuintes.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10840.007093/95-45  
Acórdão : 201-74.112

A cobrança da Taxa SELIC como juros de mora foi instituída por norma legal, não cabendo a este E. Conselho analisar suposta ilegalidade frente aos dispositivos do Código Tributário Nacional.

Igualmente, a multa de ofício encontra-se prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/96, não sendo competente este Conselho para se pronunciar sobre suposta constitucionalidade da mesma, pelos motivos já anteriormente expostos.

Desta forma, dou provimento parcial ao Recurso Voluntário para que seja reformulada a exigência fiscal, apurando-se a base de cálculo da contribuição ao PIS em relação ao faturamento do sexto mês anterior.

É como voto.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2000

SÉRGIO GOMES VELLOSO